



Qualis A3 ISSN: 2178-2008

ARTIGO

Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros



A Reflexão Marcusiana sobre a Sociedade Industrial Avançada

The Marcusean Reflection on Advanced Industrial Society

Gustavo Javier Castro¹

<https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

<http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gustavo@institutoprocessus.com.br

Alejandro Gabriel Olivieri²

<https://orcid.org/0000-0003-1068-8614>

<http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: aleoli61@gmail.com

Lourivânia de Lacerda Castro³

<https://orcid.org/0000-0002-1331-563X>

<http://lattes.cnpq.br/2753561242350807>

Centro Universitário UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: lourivania.lacerda@institutoprocessus.com.br



Informações da publicação

ISSN: 2178-2008

Recebido em: 14-05-2026

Aceito em: 16-06-2026

Publicado em: 22-06-2026

Palavras-chave:

Herbert Marcuse.

Sociedade Industrial Avançada.

Teoria Crítica.

Pensamento Unidimensional.

Emancipação.

Keywords:

Herbert Marcuse.

Advanced Industrial Society.

Critical Theory.

One-Dimensional Thought.

Emancipation.

Resumo:

O presente artigo analisa a reflexão de Herbert Marcuse sobre a sociedade industrial avançada, destacando os principais mecanismos de dominação e as possibilidades de emancipação presentes em sua obra. A partir das influências teóricas de Hegel, Marx e Freud, Marcuse desenvolve uma crítica da sociedade capitalista avançada, caracterizada pela integração dos indivíduos ao sistema por meio da racionalidade tecnológica, da produção de falsas necessidades e da difusão do pensamento unidimensional. O estudo examina a forma pela qual o progresso material e o consumo atuam como instrumentos de controle social, neutralizando a crítica e incorporando os setores tradicionalmente identificados como agentes de transformação. Além disso, aborda a relação entre desenvolvimento e dependência, enfatizando os vínculos entre as sociedades centrais e periféricas no contexto do capitalismo global. Por fim, são discutidas as alternativas de superação da sociedade repressiva propostas por Marcuse, incluindo o papel dos intelectuais, dos grupos marginalizados e das lutas de libertação, bem como sua concepção de uma sociedade não repressiva fundada na liberdade, na criatividade, na redução do trabalho alienado e na reconciliação entre ser humano e natureza.

¹ Possui graduação em Filosofia - Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso (1987), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Católica de Chile (1991), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008).

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília? UnB (2009), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina? UFSC (1995), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires? UBA (1985).

³ Mestre em Direito- LL.M.EUR European Legal Practice/ Joint Degree pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2009), especialista em Direito Público pelas Faculdades Integradas do Planalto Central (2011) e Direito Previdenciário pelo Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa (2016). Advogada e professora das disciplinas Direito Administrativo e Introdução ao Estudo do Direito.

Abstract:

This article analyzes Herbert Marcuse's reflections on advanced industrial society, highlighting the main mechanisms of domination and the possibilities of emancipation present in his work. Drawing upon the theoretical influences of Hegel, Marx, and Freud, Marcuse develops a critique of advanced capitalist society, characterized by the integration of individuals into the system through technological rationality, the production of false needs, and the dissemination of one-dimensional thought. The study examines how material progress and consumerism function as instruments of social control, neutralizing criticism and incorporating social groups traditionally regarded as agents of historical transformation. Furthermore, it discusses the relationship between development and dependency, emphasizing the connections between central and peripheral societies within global capitalism. Finally, the article explores Marcuse's proposals for overcoming repressive society, including the role of intellectuals, marginalized groups, and liberation movements, as well as his conception of a non-repressive society grounded in freedom, creativity, the reduction of alienated labor, and the reconciliation between humanity and nature.

1.Introdução

Herbert Marcuse ocupa posição de destaque ao interior da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, sendo reconhecido por sua profunda análise das transformações ocorridas nas sociedades industriais do século XX. Influenciado pelas contribuições de Hegel, Marx e Freud (Castro, Olivieri & Lacerda, 2026b), Marcuse desenvolveu uma crítica original às formas contemporâneas de dominação social, procurando compreender como as sociedades capitalistas avançadas conseguiram integrar os indivíduos ao sistema de produção e consumo, reduzindo significativamente o potencial de contestação política e social. Sua reflexão constitui uma das mais importantes tentativas de atualização do pensamento marxista diante das mudanças verificadas no capitalismo após a Segunda Guerra Mundial.

Ao contrário das interpretações clássicas, que identificavam a crescente miséria como condição para o desenvolvimento da consciência revolucionária, Marcuse observou que o capitalismo avançado passou a incorporar amplos setores da população por meio do aumento do consumo, da expansão do bem-estar material e da difusão de novas formas de controle social. Nesse contexto, a dominação deixou de se apoiar predominantemente na coerção direta para assumir formas mais sofisticadas, associadas à racionalidade tecnológica, à produção de necessidades artificiais e à manipulação da consciência por intermédio dos meios de comunicação de massa.

A crítica marcusiana procura demonstrar que a aparente liberdade oferecida pelas sociedades industrializadas esconde mecanismos profundos de alienação. A satisfação das chamadas falsas necessidades conduz os indivíduos a identificarem-se com o próprio sistema que os domina, produzindo aquilo que o autor denomina de *pensamento unidimensional*. Tal processo reduz a capacidade crítica, enfraquece a oposição política e contribui para a reprodução de uma ordem social que perpetua desigualdades, dependências internacionais e formas sutis de repressão.

Diante desse diagnóstico, Marcuse não se limita à crítica da sociedade existente, mas também investiga as possibilidades históricas de superação da ordem vigente. A partir da análise das *contradições internas* do capitalismo avançado, do papel dos intelectuais, dos movimentos sociais marginalizados e das lutas de libertação nos países periféricos, o filósofo procura identificar os fundamentos de uma sociedade não repressiva. Por esses motivos, o presente artigo examina os principais elementos da reflexão marcusiana sobre a sociedade industrial avançada, destacando tanto os

mecanismos de dominação por ela produzidos quanto as *alternativas de emancipação* concebidas pelo autor.

Por último, é necessário precisar que Marcuse compreende que existem dois tipos de sociedades industriais avançadas. Por um lado, encontra-se a sociedade industrial avançada capitalista e, por outro, a sociedade industrial avançada socialista. As seguintes páginas só colocarão atenção na análise marcusiana da sociedade industrial avançada capitalista.

2. As novas formas de controle

Marcuse parte da seguinte hipótese: a sociedade que se estabelece nas áreas mais avançadas da civilização industrial constitui, em realidade, uma *nova* sociedade. Esta sociedade caracteriza-se pelo paulatino isolamento ou eliminação dos principais problemas que afetam a sociedade, paralelamente a uma contenção dos elementos perturbadores que nela se encontram.

As principais tendências que se dão neste tipo de sociedade são, em palavras de Marcuse, as seguintes:

“Concentração da economia nacional nas necessidades das grandes massas, com o governo como uma força estimulante, de apoio e algumas vezes inclusive de controle; sujeição desta economia a um sistema a escala mundial de alianças militares, convênios monetários, assistências técnicas e modelos de desenvolvimento; gradual assimilação da população de colarinho branco e os trabalhadores manuais, dos métodos de direção nos negócios e no trabalho, dos divertimentos e as aspirações das diferentes classes sociais; manutenção de uma harmonia pré-estabelecida entre o ensino e os objetivos nacionais; invasão do lar privado pela proximidade da opinião pública, abrindo o quarto aos meios de comunicação de massas.” (1985, 49).

Sem lugar a dúvidas, afirma Marcuse, a sociedade capitalista avançada tem evoluído respeito das suas antecessoras. O fato capital que acompanha esta afirmação é a crescente *capacidade* da sociedade capitalista contemporânea para *satisfazer as necessidades dos indivíduos*. Isto tem como consequência a integração tanto do pensamento crítico e da oposição política ao sistema. Escreve Marcuse, “tal sociedade pode exigir justamente a aceitação de seus princípios e instituições e reduzir à oposição a mera promoção e debate de políticas alternativas dentro do status quo.” (1985, 32). Desta forma, continua Marcuse, a rejeição ao sistema aparece como perigoso e irracional, já que produz perdas econômicas e políticas, atentando contra o bom funcionamento do todo social.

A *integração* do indivíduo ao sistema e a *conformidade* do indivíduo com o sistema tem se podido concretizar na medida em que os indivíduos têm *internalizado falsas necessidades*, quer dizer, aquelas que interesses sociais particulares impõem ao indivíduo para sua repressão. Embora a satisfação desta necessidade falsa se faz em desmedro do indivíduo feliz e daqueles que vivem na miséria, pagando o preço de tal satisfação. Estes últimos são fundamentalmente os *povos dos países do terceiro mundo*. Sua miséria paga a satisfação das falsas necessidades que têm internalizados os indivíduos das metrópoles. Mas é necessário reconhecer que

“A formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista, e procura solidariedades não somente nas classes dominantes, mas também no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna, assalariados, técnicos, empresários, burocratas, etc.” (MARCUSE: 1985, 36).

Da mesma forma, como o sistema *coopta* a crítica dentro das sociedades industriais avançadas, também o faz com o elemento crítico das sociedades periféricas.

Os indivíduos na sociedade do capitalismo avançado não são “indivíduos felizes”, devido a que a satisfação das necessidades falsas não permite a liberdade e o crescimento individual, condição básica para chegar a ser um homem feliz. Se a sociedade e o capitalismo avançado conduzem ao fato de ter que satisfazer necessidades falsas, perdendo desta forma a possibilidade de conquistar a felicidade, então é claro que as sociedades mais pobres, que são precisamente as chamadas de *sociedades dependentes*, não devem conduzir seus esforços de progresso na mesma direção que fizeram as sociedades industriais avançadas ou desenvolvidas a partir da Revolução Industrial. Isto se liga à ideia de que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são realidades de um *único processo* e não níveis hierárquicos. Neste sentido, o anterior se liga também com o pressuposto de que a riqueza dos países desenvolvidos congele a pobreza e estancamento econômico dos países periféricos.

Existe outro fato que caracteriza profundamente a sociedade capitalista avançada. Se trata do *carácter racional da sua irracionalidade*. Esta sociedade tem provado ser produtiva e eficaz, tem incrementado e definido toda uma crescente gama de comodidades e tem podido, em definitiva, converter o que é supérfluo em necessidade. As novas formas de controle social são *tecnológicas* e, portanto, mais racionais que as anteriores. “Na época contemporânea, os controles tecnológicos parecem ser a mesma encarnação da razão em benefício de todos os grupos e interesses sociais, até tal ponto que toda contradição parece irracional e toda oposição impossível.” (MARCUSE: 1985, 39).

No entanto, numa sociedade onde os indivíduos se identificam plenamente com a forma de existência que lhes é imposta, onde assumem como própria as necessidades falsas que se lhes apresentam e onde encontram seu próprio desenvolvimento, se poderia afirmar que os indivíduos em tal sociedade vivem uma existência alienada?

Para Marcuse, este problema afirma a hipótese dos novos mecanismos de controle. A identificação dos indivíduos com sua sociedade não é uma ilusão, mas uma realidade. Este fato nos coloca frente a um estado mais avançado ou superior da alienação: “esta se tem convertido em inteiramente objetiva. O sujeito alienado é devorado por sua existência alienada.” (1985, 41).

Esta análise da sociedade industrial avançada leva Marcuse a afirmar que se observa uma *nova estruturação social*. Os controles sociais têm sido introjetados até tal ponto que se tem visto desaparecer as forças históricas que, na etapa precedente à sociedade industrial avançada, constituíam a possibilidade de mudança e de novas formas de existência. Em definitivo, Marcuse afirma que o proletariado tem sido *subsumido* pela sociedade capitalista, mediante a racionalidade da sua irracionalidade e dos novos mecanismos de controle.

A razão joga um importante papel na assimilação da oposição ao *status quo*. Se estabelece o que Marcuse denomina o “pensamento unidimensional”, quer dizer, aquele pensamento que “está populado de hipóteses que se auto validam e que, repetidas incessantemente, e de forma monopólica, torna-se em definições hipnóticas ou ditados.” (1985, 44). Este pensamento é promovido de modo sistemático por aqueles que fazem da política e pelos provedores de informação de massas.

Poderíamos afirmar que em todas as épocas têm existido esta atividade acomodativa da razão para a manutenção do *status quo* dos poderes estabelecidos. Entretanto, existe uma diferença fundamental que surge ao comparar as situações anteriores com a atual. Nas épocas precedentes à atual, a atividade acomodatória da razão

chocava irremediavelmente com a miséria e injustiças evidentes que se experimentavam na realidade e, da mesma forma, com o eficaz e mais ou menos inconsciente sentimento de rebelião frente a isto. A situação nas sociedades industriais avançadas é diferente: a *dominação se apresenta como progresso e opulência*. Desta forma, a dominação nunca tem sido mais efetiva, poderosa e total.

Depois dessa referência aos novos mecanismos de controle social que Marcuse vê na sociedade industrial avançada, convém deter-se nas possibilidades de alternativas que Marcuse percebe frente a uma sociedade que tem alcançado essa excelência nos seus mecanismos de dominação.

3. A possibilidade das alternativas à sociedade industriais avançadas

Quando Marcuse transita desde o diagnóstico da sociedade industrial avançada até as formulações que dizem respeito da possibilidade da superação de tal sociedade, surge, ao parecer, um paradoxo.

Por uma parte, Marcuse afirma o carácter *totalitário* da sociedade do capitalismo avançado, a intromissão em todos os níveis da racionalidade tecnológica, tanto no âmbito do trabalho como no tempo livre e inclusive no pensamento, constituindo assim uma sociedade de indivíduos alienados. Por outra parte, também é verdadeiro que Marcuse coloca que existe alta “conformidade” dos mesmos indivíduos, fundamentalmente por meio do progresso tecnológico, a satisfação das necessidades e, em definitivo, pelo crescimento do estado de bem-estar. (FROMM: 1980)

Se os indivíduos acreditam encontrar na sociedade capitalista avançada os meios para seu crescimento e desenvolvimento pessoal, se existem tanto os recursos materiais como intelectuais para superar, como em nenhuma outra época na humanidade, a pobreza, por que, então, a exigência de mudança? Mas não só cabe a pergunta sobre o porquê da necessidade de mudança, mas também pela factibilidade de conseguir a mudança, os meios pelos quais se conquista e, por último, para que se muda, para onde se aspira chegar.

O mesmo Marcuse faz a formulação da primeira pergunta:

“Por que precisamos da liberação de uma sociedade assim, se é capaz, acaso num futuro longínquo, mas aparentemente capaz, de vencer a pobreza em um grau maior que nunca? De reduzir a servidão do trabalho e o tempo de trabalho e de elevar o nível de vida? Por que precisamos da liberação se o preço das mercancias entregadas, o preço desta confortável servidão o paga gente que vive longe das metrópoles e muito longe da sua opulência? Por que precisamos da liberação se a própria sociedade opulenta apenas adverte o que faz? Como dissemina o terror e a escravidão? Como combate a liberação em todas as esquinas do globo?” (1986a, 102).

Marcuse sugere várias respostas para responder estas perguntas. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que Marcuse distingue entre necessidades verdadeiras e necessidades falsas. Tanto as necessidades verdadeiras como as falsas, não sublimadas e sublimadas, têm como pré-requisito prévio a satisfação das necessidades vitais.

Como se analisou anteriormente, as necessidades falsas provêm do exterior do indivíduo e lhes são impostas. Pelo contrário, as verdadeiras necessidades são aquelas que surgem desde o mesmo indivíduo, quer dizer, são aquelas que respondem a exigências propriamente humanas, as quais, indubitavelmente estarão condicionadas pelo momento histórico e cultural no qual essas necessidades se expressam. Em definitivo, afirma Marcuse, “A pergunta sobre quais são as necessidades verdadeiras ou falsas só pode ser

resolvida pelos mesmos indivíduos, mas só em última instância. Isto é, sempre quando tenham a liberdade para dar sua própria resposta.” (1985: 36).

Para Marcuse, esta liberdade está muito longe de ser obtida na sociedade de capitalismo avançado. Portanto, ainda que a classe trabalhadora possa satisfazer suas necessidades vitais, ainda inclusive que chegue a controlar e dirigir o processo de produção, situação que atualmente não se dá, a sociedade industrial avançada não perderá seu carácter repressivo, até que os trabalhadores mesmos se sintam e expressem necessidades e aspirações de homens livres.

Desta forma, se bem é certo que a sociedade opulenta tem dado resposta a necessidades vitais, ao mesmo tempo, tem gerado uma série de necessidades que alienam e escravizam os indivíduos, de tal sorte que a libertação desta perspectiva segue sendo um objetivo legítimo e necessário para o desenvolvimento humano.

Um segundo argumento a favor da necessidade de mudança e, portanto, de libertação da sociedade opulenta, está implícito na pergunta de Marcuse respeito desta necessidade, o que a sua vez é um pressuposto básico no seu pensamento.

A riqueza e o estado de bem-estar alcançado nas metrópoles se sustentam basicamente na pobreza e dependência dos países do terceiro mundo. Sem a possibilidade de contar com mais obra e matéria-prima barata, as sociedades desenvolvidas não tivessem podido alcançar o grau de bem-estar no que se encontram. Este ponto é capital no sentido que o interesse da reflexão marcusiana, se bem está centrada na análise da sociedade de capitalismo avançado, transcenda este para dirigir-se à civilização humana na sua totalidade.

Para Marcuse, é necessário que a humanidade progrida. Embora, nos advirta, que o progresso não é um conceito neutro, “se move para fins específicos e estes fins são definidos pelas possibilidades de melhorar a condição humana” (1985, 46). É óbvio que a condição humana não melhora se a felicidade de uns poucos, o que em verdade não é felicidade, mas uma pseudo-felicidade, se conquista com as penúrias e servidão da maioria dos homens.

O conceito de “progresso” é análogo ao conceito marcusiano de “pacificação da existência”. Este conceito afirma: “o desenvolvimento da luta do homem com o homem e com a natureza sob condições nas que as necessidades, os desejos e aspirações competitivas não estejam já organizados por interesses criados de dominação e escassez, em uma organização que perpetua as formas destrutivas desta luta.” (MARCUSE: 1985, 47).

É necessário notar que neste conceito não elimina o elemento confrontacional ou de luta, o que não seria dialético, senão que se trata de, por meio da luta e da confrontação, conquistar o progresso. O mundo contemporâneo, pelo contrário, está empenhado numa luta autodestrutiva, da qual não é possível que surja a síntese alguma. “O conceito de pacificação da existência parece mais apropriado para designar a alternativa histórica de um mundo que, por meio de um conflito internacional que transforma e suspende as contradições no interior das sociedades estabelecidas, avança ao limite de uma guerra global.” (MARCUSE: 1985, 45). A necessidade de libertação da repressão exercida pela sociedade industrial avançada constitui-se, assim, numa necessidade de sobrevivência da humanidade.⁴

Cabe agora responder se é possível que esta mudança se realize e quais são os meios disponíveis para tal efeito. Num primeiro momento, a resposta que Marcuse oferece

⁴ Este ponto se trata com maior atenção num outro artigo nosso, quando falamos sobre a influência de Freud no pensamento de Marcuse. (Castro, Olivieri, Lacerda, 2026)

parece ter um começo otimista. É um pressuposto na reflexão marcusiana que hoje existem todos os recursos materiais, técnicos e intelectuais para a realização de uma sociedade não repressiva. Por esse motivo, Marcuse acunha o conceito de “final da utopia”. (MARCUSE: 1968)

A possibilidade de um mundo onde o homem possa livremente desenvolver suas capacidades é já uma possibilidade certa, concreta. O fato de que esta possibilidade está muito longe, está mais longe que próxima, não tem a ver com uma impossibilidade essencial de realização, mas sim com os *obstáculos* que a administração totalitária da sociedade impõe aos sinais de liberação, com os mecanismos de defesa que esta sociedade utiliza para sua perpetuação. Desta forma, a *utopia* não é já imaginação, senão *possibilidade real*, fato que não pode ser reconhecido pela sociedade repressora.

“A possibilidade de uma organização social da vida inteiramente diferente não tem nada em comum com a possibilidade de um homem com um chapéu verde que aparecerá amanhã em todos os lugares, mas tratá-los com a mesma lógica pode ser útil para a difamação de possibilidades indesejáveis, como é o caso da utopia.” (MARCUSE: 1985, 244).

Agora bem, o otimismo inicial que se adverte em Marcuse na resposta à pergunta pelas possibilidades reais de mudança da organização social estabelecida pelo capitalismo avançado fica prontamente deixado de lado. Esta resposta topa com um problema que surge da mesma análise que Marcuse realiza da sociedade industrial avançada. Isto é, que os indivíduos que vivem em tal sociedade estão, de tal forma, pré-condicionados e que as conquistas do capitalismo revertem sobre os mesmos indivíduos, influenciando nos seus pensamentos, sentimentos e aspirações. De tal forma que, como diz Marcuse, “por que tem de querer pensar, sentir e imaginar por si mesmos?” (1985, 81).

Ao chegar neste ponto, a reflexão marcusiana encontra-se ante uma aporia: como se produz a liberação da sociedade capitalista avançada, se esta tem integrado as classes que historicamente têm cumprido o papel de agentes revolucionários? O dito até aqui pode se resumir em um paradoxo. Por um lado, a mudança social radical é objetivamente necessária em um duplo sentido: por ser a única oportunidade de salvar as possibilidades de liberdade humana e, além disto, por existirem os recursos materiais e tecnológicos para a realização da liberdade. Por outro lado, não existe a *necessidade subjetiva* de mudança nos setores tradicionalmente considerados como agentes da mudança histórica. Isto devido, fundamentalmente, a duas coisas:

“Primeiramente, em virtude da satisfação real das necessidades e, em segundo lugar, por uma manipulação de uma administração científica massiva das necessidades, isto é, por um controle social sistemático não somente da consciência do homem, mas também do seu inconsciente.” (MARCUSE: 1986a, 104).

Em definitivo, a liberação da sociedade opulenta se funda no surgimento de novas necessidades, diferentes das que se denominam falsas, mas o surgimento destas necessidades, ao mesmo tempo, implica a existência de um novo tipo de homem. Este homem novo é caracterizado por Marcuse como

“um tipo de homem que rejeita os princípios da atuação que governam as sociedades estabelecidas, um tipo de homem que tenha ser libertado por si mesmo da agressividade e da brutalidade inerentes à organização da sociedade estabelecida e à sua moralidade puritana e hipócrita, um tipo de homem que seja biologicamente incapaz de combater nas guerras e de criar sofrimento, um tipo de homem que tenha uma nova consciência do gozo e do prazer, e que trabalhe, coletiva e individualmente, em favor de um entorno individual e social em que seja possível uma existência assim.” (1986a, 107).

Desta forma, a sociedade livre só se constitui, paradoxalmente, na medida em que existe um homem livre, na medida em que já se é livre. É conveniente lembrar, para que não fique uma exposição incompleta, que se, por um lado, Marcuse destaca a eficácia do sistema capitalista avançado para controlar as demandas e para integrar a oposição, por outro lado, ele não nega a tese marxista que afirma a existência de contradições internas ao sistema, as quais, na sua opinião, são mais graves que nunca e facilmente agravadas pela expansão violenta do imperialismo capitalista.

Marcuse acredita encontrar algumas destas contradições, entre uma tremenda riqueza social e o emprego destrutor desta mesma riqueza, a necessidade que tem o sistema de automatizar o processo produtivo, o que produz uma redução na força de trabalho física e, conseqüentemente, a tendência ao esgotamento dos recursos de mais valia, ou também o desemprego tecnológico, o qual é cada vez mais difícil de evitar. Entretanto, Marcuse disse que “nenhuma contradição social, nem sequer a mais forte, explora por si mesma. A teoria deve poder mostrar e avaliar as forças e os fatores objetivos.” (1986a, 111).

Baseando-se ou partindo dessas contradições internas, se deve tentar a dissolução do sistema. O primeiro trabalho é de tipo educativo, em tanto que se pretende e se necessita de um *homem novo*, em tanto que se quer conquistar uma *transvaloração total dos valores*. É por isso que Marcuse considera que os *intelectuais* têm um papel importantíssimo como *agentes da mudança*.

“Podemos dizer que os intelectuais são o agente do câmbio, da mudança histórica? Podemos dizer que os intelectuais são uma classe revolucionária? A resposta que daria é que não. Que não podemos dizer isso. Mas podemos dizer, creio que podemos dizer, que os intelectuais têm uma função prioritária, decisiva, nada mais. Mas, a meu modo de ver, isso é muito.” (MARCUSE: 1986a, 113).

A *intelligentsia* tem esse papel, porque estão chamados a sustentar posições decisivas no processo produtivo, o qual tem um carácter mais científico. Entre estes científicos, pesquisadores, técnicos, engenheiros, psicólogos etc. têm o dever de criar uma revolução instintiva e intelectual frente a um sistema de opulência que difunde agressividade e repressão por todo o mundo.

No interior da sociedade do capitalismo avançado, também se encontram outros segmentos da população que, pelo seu carácter de marginais ao processo produtivo e aos benefícios que esta entrega, também são considerados por Marcuse como possíveis agentes desestabilizadores do sistema: por exemplo, os estudantes e aqueles que vivem em *ghettos*, os quais, “por sua consciência e suas metas, os fazem representativos do muito real interesse comum dos oprimidos.” (MARCUSE: 1969, 56). Em referência à população que vive nos *ghettos*, Marcuse afirma:

“confinada a pequenas áreas onde viver e morrer pode ser organizada e dirigida mais facilmente. E mais, localizado nas cidades medulares do país, os guetos formam centros geográficos naturais, desde os quais a luta pode ser dirigida contra objetivos de evitar a importância econômica e política. Neste respeito, os *ghettos* podem comparar-se com os *faubourgs*, de Paris, no século XVIII, e sua localização favorece levantamentos expansivos e contagiantes.” (1969, 61-62).

É no terceiro mundo onde os fatores *objetivos*, “a base humana do processo de produção que reproduz a sociedade estabelecida” (MARCUSE: 1969, 61) e os fatores *subjetivos*, quer dizer, a consciência política, sim coincidem. Marcuse simplifica o anterior, assinalando que em vastas áreas do Terceiro Mundo é “onde as frentes de liberação nacional e as guerrilhas lutam com o apoio e a participação da classe que é a base do processo de produção, a saber, o proletariado predominantemente agrário e o incipiente proletariado industrial.” (1969, 61).

A ideia de que a luta liberada pelas diversas *Frentes de Liberação Nacional* em conjunção com o proletariado agrário-industrial, é uma solução factível que têm os países do terceiro mundo para sair da situação de subdesenvolvimento em que se encontram, devido a sua dependência a respeito das economias centrais, é uma ideia que também está presente em, por exemplo, a corrente marxista mais ortodoxa da *Teoria da Dependência*. (CASTRO, OLIVIERI & LACERDA, 2026a).

Tanto para Marcuse quanto para a Teoria da Dependência, o crescimento tem alcançado os países centrais não devido ao uso dos seus próprios recursos, como tampouco este crescimento tem se concretado a partir do próprio mercado destes países, e menos ainda a raiz de um comércio com outras regiões. Em definitiva, a sociedade industrial avançada, dadas suas características já descritas, não pode ser outra coisa que um poder imperialista que, “por meio da penetração técnica e econômica e a aberta intervenção militar, tem transformado em dependências grandes partes do Terceiro Mundo.” (MARCUSE: 1969, 83).

É esta *relação de dependência* a que impulsiona Marcuse a assinalar que os processos que ocorrem nos países do primeiro mundo afetam necessariamente aquilo que acontece nos países periféricos. É por isto que, baseando-se nessa hipótese, um estudo sobre a dependência a que estão sometidos os países periféricos respeito aos centrais deve ter necessariamente como um campo de estudo aqueles processos e mudanças que podem ocorrer nas metrópoles, quer dizer, nas sociedades capitalistas avançadas.⁵

Esta relação entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo tem a característica de ser uma relação *recíproca*, que dizer, os acontecimentos do Terceiro Mundo também deixam sentir sua influência naqueles do Primeiro Mundo. O que tem sido denominado em alguns âmbitos como *dependência estratégica*. (MUÑOZ: 1978, 126-138). Assim, em referência às possibilidades de que possa produzir-se uma mudança qualitativa do sistema capitalista imperante, Marcuse considera que jogam um papel importante os agentes revolucionários ao exterior da sociedade capitalista avançada.

Marcuse, respeito a isto último e à relação da mútua influência entre periferia e metrópole, afirma que:

“devido à evolução do imperialismo, os acontecimentos do terceiro mundo correspondem à dinâmica do primeiro mundo, e as forças de mudança em aquele não são alheias a este, O proletariado externo é um fator básico de mudança potencial dentro do domínio do grande capitalismo empresarial.” (1969, 83).

⁵ Análise que, como já temos examinado, foi realizada por Marcuse em um determinado período histórico.

Marcuse aceita a existência de uma relação de influência recíproca entre primeiro e terceiro mundo, mas também afirma que “as precondições para a libertação e o desenvolvimento do terceiro mundo devem surgir nos países capitalistas avançados.” (1969, 84). Enquanto existe uma metrópole poderosa capaz de entregar recursos militares, técnicos e financeiros às classes dominantes nativas, é muito difícil que as forças opositoras ao sistema total dos países subdesenvolvidos possam seguir um caminho de efetiva libertação. “A corrente da exploração deve romper-se pelo elo mais forte.” (MARCUSE: 1969, 84).

Sobre as classes dominantes nativas, é interessante lembrar o que pensavam na época Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em relação à América Latina. Escrevem estes autores:

“As formas de dominação anteriores aos processos de incorporação dos sectores médios podem estar caracterizadas por um nítido predomínio de grupos oligárquicos cuja base de sustentação econômica é o latifúndio de baixa produtividade, cujo mercado é preferentemente regional ou interno, onde as relações sociais de produção se constituem de acordo com o padrão de fazenda tradicional. Em consequência, o jogo político formal ao nível do Estado se realiza entre grupos oligárquicos que, no máximo, podem estar em conflito para conseguir, fora, melhores vinculações, mas que enfrentam conjuntamente aos demais grupos sociais. Historicamente, se apresentam além, certas situações nas quais a dominação não é puramente oligárquica, senão que conta com a presença mais ou menos significativa de setores burgueses.” (1977, 76).

Com a integração da burguesia ao processo de dominação, a possibilidade que tem as forças opositoras ao sistema se faz assim muito mais remota.

Retornando a Marcuse, pode-se afirmar que a libertação da sociedade opulenta significa o passo do capitalismo ao socialismo? Ante esta pergunta, deve se distinguir que não é o mesmo se o socialismo somente se entende como a racionalização e o desenvolvimento planejado das forças produtivas e dos recursos. Nesse sentido, Marcuse afirma que a libertação do sistema capitalista avançado se identificaria mesmo com o passo do capitalismo ao socialismo, se este último se define em seus termos mais utópicos, quer dizer,

“pela abolição do trabalho, a finalização da luta pela existência, isto é, a vida como fim em si mesma e não já como um meio para um fim, e a libertação da sensibilidade e a sensualidade humanas, não como um fator privado, senão como uma força para a transformação da existência humana e de seu entorno. Conceder à sensibilidade e à sensualidade seus próprios direitos é, criou um dos objetivos básicos do socialismo integral.” (1986a, 106-107).

Por último, faltam ressaltar algumas das principais características que conformarão, segundo o pensamento marxiano, a sociedade não repressiva.

Em primeiro termo, Marx afirma que será necessário reduzir a jornada de trabalho com o fim de permitir uma maior liberdade individual. Isto produzirá que os indivíduos tenham maior tempo livre e assim possam efetivamente realizar suas verdadeiras capacidades. Esta redução da jornada de trabalho não será uma questão somente de ordem política, mas também um resultado lógico da automatização do processo produtivo. Há que mencionar que Marcuse fala de *tempo livre* e não de ócio, porquanto este último conceito refere-se às horas fora do trabalho que são, de alguma ou outra forma, controladas pela sociedade repressiva. O tempo livre, pelo contrário, somente existe em uma sociedade não-repressiva e consiste fundamentalmente no livre desenvolvimento das capacidades e inquietações individuais.

Em segundo lugar, outro fato inerente ao estabelecimento de uma sociedade não-repressiva será o que Marcuse denomina como a *reconciliação* entre o homem e a natureza. A natureza já não será um mero objeto de dominação, senão o *lar* do homem. Isto pressupõe que a tecnologia já não será então entendida como um fim, senão como um meio para facilitar irmanar-se com a natureza.⁶

Em terceiro lugar, Marcuse expressa um de seus pensamentos mais originais ao afirmar que uma verdadeira libertação da sociedade opulenta deveria conduzir a uma realidade “estética”, isto é, a concepção da sociedade como uma “obra de arte”. Segundo Marcuse, esta seria a mais utópica e radical possibilidade de libertação. A imaginação e a arte têm importantes papéis a jogar no passo de uma sociedade repressiva a uma não repressiva. Isto é assim porque “O verdadeiro valor da imaginação se relaciona não somente com o passado, mas também com o futuro. As formas de liberdade e felicidade que invocam clamam por liberdade a ‘realidade histórica’” (MARCUSE: 1986b, 142).

Assim mesmo, a arte é um dos poucos pilares da liberdade que existem na sociedade repressiva e, portanto, um elemento importante para a possibilidade da mudança: “A arte contrapõe à repressão institucionalizada a imagem do homem como um sujeito livre...” (MARCUSE: 1986b, 138). A sensibilidade e a sensualidade, a imaginação criativa e o jogo se converterão, então, em forças de transformação, dirigindo, por exemplo,

“à reconstrução total de nossas cidades e do campo, a restauração da natureza atrás da eliminação da violência e a destruição da industrialização capitalista, a criação do espaço interior e exterior para a esfera privada, a autonomia individual, a tranquilidade, a eliminação do barulho dos auditórios escravizados, da companhia forçada, da poluição e da fealdade.” (MARCUSE: 1986a, 109).

No plano internacional, a superação do sistema capitalista de produção e distribuição significaria: “a aparição de uma autêntica economia mundial, o fim do Estado nacional, do interesse nacional, dos negócios nacionais junto com suas alianças internacionais. E esta é precisamente a possibilidade contra a qual o mundo atual está mobilizado” (MARCUSE: 1985, 84).

4. Conclusão

A análise desenvolvida por Herbert Marcuse acerca da sociedade industrial avançada revela a extraordinária capacidade do capitalismo contemporâneo de adaptar-se às transformações históricas e de incorporar mecanismos cada vez mais sofisticados de controle social. Diferentemente das formas tradicionais de dominação, fundadas predominantemente na coerção direta, o capitalismo avançado opera por meio da *satisfação administrada de necessidades, da racionalidade tecnológica e da integração dos indivíduos aos valores do sistema*. Como resultado, a crítica social tende a ser absorvida e neutralizada, enquanto a oposição política perde parte significativa de sua força transformadora.

O conceito de *pensamento unidimensional* ocupa um papel central nesse diagnóstico. Por meio dele, Marcuse demonstra como a sociedade industrial avançada reduz a capacidade crítica dos indivíduos, promovendo a conformidade e a aceitação da ordem existente. A internalização das falsas necessidades e a identificação dos sujeitos com as estruturas de dominação produzem uma forma mais profunda de alienação, caracterizada pela dificuldade de perceber alternativas históricas ao modelo social

⁶ Aqui, assim como em outras análises marcussianas, vemos claramente a forte influência do filósofo alemão Martin Heidegger, sobre seu pensamento filosófico. Marcuse foi aluno de Heidegger.

vigente. Nesse contexto, *a própria liberdade passa a ser redefinida segundo parâmetros estabelecidos pelo próprio sistema*.

Entretanto, a reflexão marcusiana não se limita, nem se fecha, a uma visão pessimista da realidade social. Ao reconhecer as contradições inerentes ao capitalismo avançado e à existência de recursos materiais e tecnológicos capazes de garantir condições dignas de vida para toda a humanidade, Marcuse sustenta que a *superação* da sociedade repressiva permanece *historicamente possível*. Tal transformação exige o surgimento de novas necessidades, de uma nova sensibilidade -fundamentalmente estética- e de sujeitos capazes de questionar os padrões de comportamento impostos pela racionalidade dominante.

Por fim, a proposta de uma sociedade não repressiva aponta para um horizonte de emancipação que ultrapassa a mera reorganização econômica da produção. A libertação humana implica a redução do trabalho alienado, a valorização do tempo livre, a reconciliação entre humanidade e natureza e a incorporação da imaginação, da arte e da sensibilidade como dimensões fundamentais da existência. Dessa forma, a obra de Marcuse permanece relevante para a compreensão das formas contemporâneas de dominação e para a reflexão sobre as possibilidades de construção de uma sociedade efetivamente livre e democrática.

5.Referências

- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- CASTRO, Gustavo Javier, OLIVIERI, Alejandro Gabriel e LACERDA. Lourivânia. *A Teoria da Dependência: Conceitos-chave e Análise Histórica*. Revista Processus Multidisciplinar, Ano 8, Vol. VIII, n. 13 jan-jun. 2026a.
- CASTRO, Gustavo Javier, OLIVIERI, Alejandro Gabriel e LACERDA, Lourivânia. *As principais fontes teóricas da filosofia de Herbert Marcuse*. Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, v. 8 n. 15. 2026b
- FROMM, Erick. *El Arte de Amar*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1980.
- MARCUSE, Herbert. *El Final de la Utopía*. Barcelona: Editorial Ariel, 1968.
- MARCUSE, Herbert. *Un Ensayo sobre la Liberación*. México: Editorial Joaquín Mortiz, 1969.
- MARCUSE, Herbert. *El Hombre Unidimensional*. Barcelona: Editorial Planeta De Agostini, 1985.
- MARCUSE, Herbert. *Ensayos sobre Política y Cultura*. Barcelona Editorial Planeta-De Agostini, 1986.
- MARCUSE, Herbert. *Eros y Civilización*. Madrid: Ed. Sarpe, 1986.
- MUÑOZ, Heraldo. *"Cambio y Continuidad em el Debate sobre la Dependencia y el Imperialismo"*. *Estudios Internacionales*, Vol. XI, n. 44, octubre-diciembre, 1978, 126-138.